



UM SANTO, DOIS ALTARES: DIVISÃO SIMBÓLICA E ESPACIAL NA FESTA DE SÃO JOSÉ¹

Antonio George Lopes Paulino²

Universidade Federal do Ceará – UFC

antoniojorge_lopespaulino@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

As reflexões elaboradas neste artigo têm como referente empírico o culto a São José³ praticado em Bonsucesso, na “periferia⁴” de Fortaleza – CE. Após a edificação de um templo católico oficial no bairro, cujo padroeiro é São José, a festa dedicada a este santo

¹ Trabalho apresentado no GT 11 – Festa, cidade e religião, durante o XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Salvador-BA, no período de 07 a 10 de agosto de 2011.

² Professor Adjunto (Ciências Sociais, Antropologia, UFC). Membro do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC. Coordenador Adjunto do Laboratório de Antropologia e Imagem – LAI/UFC.

³ São José é consagrado padroeiro do Ceará e goza desta distinção em diversos municípios do estado. Não coletei ainda informação precisa quanto à origem da devoção ao santo em território cearense, mas é possível supor a influência das missões jesuíticas na difusão do culto. Em Aquiraz (litoral leste), primeira capital do Ceará, foi construída no século XVIII a Igreja Matriz de São José de Ribamar, edificação conservada como patrimônio histórico, compondo o cenário de uma praça cujo traçado remete às missões jesuíticas. O município de Aracati, que também integra o litoral leste do Ceará, representa um marco na história econômica do estado, como centro de operação e difusão do charque no século XVIII, formado às margens do rio Jaguaribe, onde relações socioeconômicas interligavam o litoral e o sertão (GIRÃO, 1989). É importante notar que a história de Aracati também registra a influência da colonização portuguesa no campo religioso. Sob tal influência, Aracati teve a denominação original de Cruz das Almas, passando depois a ser conhecida como Arraial de São José dos Barcos, recebendo ainda a denominação de Santa Cruz de Aracati e, finalmente, o nome atual, cuja semântica não tem origem portuguesa e sim, tupi-guarani. Estas referências históricas são aqui tratadas como sinais de que a devoção a São José foi difundida na região cearense com o processo de ocupação do território por colonizadores portugueses que aqui aportaram também suas crenças e símbolos sagrados, geralmente formando povoamentos às margens dos rios, de modo que parece já ser de tempos idos a associação arquetípica do santo à simbólica da água, sendo uma tradição já estabelecida, a devoção a este ente que é evocado para livrar o sertanejo da seca e abençoar com chuva a colheita agrícola.

⁴ Escrevo o termo periferia entre aspas para relativizar seu significado no contexto de uma metrópole como Fortaleza, onde a noção de centro estabeleceu-se no senso comum como referência ao núcleo comercial. Uma noção equivocada, que não se adéqua mais à realidade engendrada desde o final dos anos 1980, quando se acelerou o processo de descentralização do setor de comércio e serviços na capital cearense, resultando na configuração de diferentes centros, mesmo que estejam situados na chamada “periferia”. Destaco minha rejeição ao uso muitas vezes estigmatizado do termo, que tende a qualificar pejorativamente os bairros mais afastados das áreas já consagradas como nobres ou centrais.



continuou a ser realizada também em uma capelinha popular, na proximidade do lugar onde tiveram origem os festejos em homenagem ao santo no contexto mencionado.

A igreja católica não reconhece nem legitima o espaço da capelinha. Desta tensão, surgiu uma divisão socioespacial materializada, a cada ano, no ponto alto da festa de São José, dia 19 de março, quando duas celebrações acontecem; uma no templo oficial e outra na capelinha. Esta divisão produz conflitos de ordem simbólica, suscitando nos fiéis diferentes percepções acerca da idéia de espaço sagrado, mobilizando memórias reveladoras de enlances entre religião e política e relatos que se pautam também pela transformação físico-espacial do bairro e da cidade.

Estou realizando esta pesquisa desde o início da década de 1990, de forma não institucionalizada, ou seja, sem vínculo formal com agência de financiamento e sem cadastro de projeto de pesquisa na universidade onde à época eu estudava e onde hoje trabalho como docente e pesquisador.

O estudo se desenvolve num ambiente de proximidade, por tratar-se de um fenômeno que ocorre no bairro onde moro; bem próximo à minha casa. Assim, realizo uma observação “de perto e de dentro”, como sugere Magnani (2002, p. 11). Mas sem ter envolvimento religioso ou de outra natureza pessoal qualquer com o objeto em foco, a não ser o interesse pela pesquisa, com o propósito de contribuir no registro e na compreensão de uma prática cultural que movimenta centenas de pessoas.

Observo a festa de São José como acontecimento que mobiliza atitudes e sentimentos entre moradores de Bonsucesso e adjacências, atentando não somente para momentos de configuração ritualística. Valorizo as conversas informais desfiadas em ruas, calçadas e residências, algumas vezes provocadas por minha curiosidade, por minhas perguntas. Assim se formatou a metodologia da pesquisa, num processo de problematização impulsionado a partir da minha vivência como morador do bairro e do olhar crítico que em mim se substanciou sob influência das ciências sociais. Trata-se de um estudo qualitativo, interpretativo, com esforço dialógico materializado em rodas de conversa de vizinhança, formadas não para este fim, mas oportunizadas a favor das

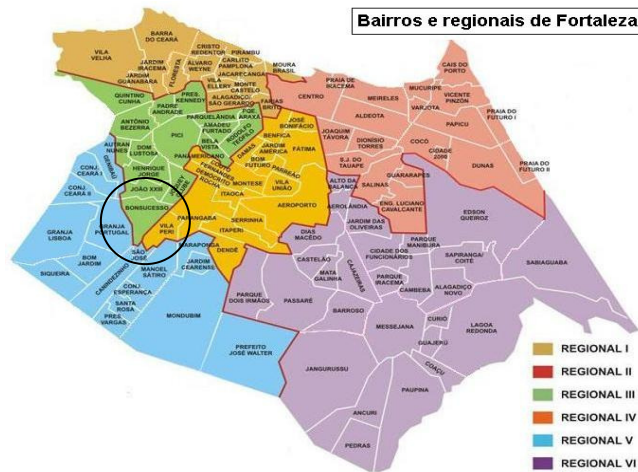
minhas inquietações. Registro os eventos⁵ com anotações, gravação de depoimentos e captura de imagens fotográficas. A fluência das conversas, na maioria das vezes livres da condição de entrevista formal, tem expressiva importância e permite estar no meio dos acontecimentos sem interromper a evolução espontânea dos mesmos.

Depois de 21 anos como observador do fenômeno, sistematizo pela primeira vez uma elaboração escrita acerca do mesmo, com o desejo de que a comunidade científica, especialmente no campo da antropologia da religião e da política, possa conhecer as reflexões aqui apresentadas e contribuir num processo de problematização que, a cada ano, parece propor novos desafios e recortes de pesquisa possíveis.

Meu objetivo no presente artigo não é tecer reflexões específicas sobre a categoria festa no sentido de defini-la conceitualmente. Mas pensar sobre os elementos simbólicos e práticos que permeiam a divisão socioespacial do bairro durante a celebração simultânea de um culto para um mesmo santo, em espaços diferentes, porém geograficamente muito próximos. Pretendo, também, pensar acerca da força criativa e da resistência do catolicismo popular diante da normatividade dirigida através de decisões e mecanismos formais da igreja católica.

O CENÁRIO DA FESTA DE SÃO JOSÉ

⁵ Agradeço aos meus irmãos Emanuel e Gothardo pela ajuda em algumas atividades de campo (coleta de depoimentos e imagens fotográficas). E agradeço aos interlocutores que me ajudaram no esforço de compreender a história aqui contada. Considerando o limite de espaço para a elaboração escrita deste artigo, optei por não incluir transcrições de depoimentos e fotos no corpo do texto.



Planta geográfica de Fortaleza⁶

Parque de diversões, música, jogos, barracas enfeitadas com palhas de coqueiro, gente curtindo tudo isso ou apenas observando; rua interditada, movimentos, algodão doce, pipoca, crianças vestidas de anjinhos, capelinha popular, velas acesas, toadas de mulheres devotas, fogos de artifício, o terço como reza e “viva São José!”. Uma festa popular onde a ordem das coisas tem lugar também para uma “contra-ordem”.

Uma igreja, um templo também popular, mas legitimado pela instituição católica, amparado por uma paróquia, onde as coisas parecem “mais ordenadas” (grifo meu). Ali as paredes abrigam um acontecimento sagrado, vivido como festa, mas solenemente distinto; assentado na distinção que o umbral produz entre a igreja e a rua.

Um mesmo bairro, um santo e dois altares. Na capelinha, o que parece não ser permitido é esquecer-se de ir até lá no dia 19 de março pedir a benção a São José, pagar alguma promessa e dar-lhe muitos vivas e palmas. Mas nos “dias comuns” (grifo meu),

⁶ Regiões Administrativas de Fortaleza e respectivos bairros. O Bonsucesso configura na Regional III, representada na planta pela cor verde. Encontra-se próximo à ponta oeste do mapa, sinalizado por um círculo que destaca divisões limítrofes com os bairros João XXIII, Jóquei Clube, Parangaba, Vila Peri, Parque São José e Granja Portugal (Fonte: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Fortaleza>>. Acesso em 26/09/2008). Segundo o Censo Demográfico 2000 – IBGE, a população de Bonsucesso naquele ano tinha 37.316 hab., sendo 17.587 pertencentes ao sexo masculino e 19.729 ao gênero feminino. Não há dados desta população segundo a vinculação religiosa. Na cidade de Fortaleza, cuja população tinha 2.141.402 hab. no ano 2000, estima-se a seguinte distribuição segundo a religião: Católica Apostólica Romana (78,55%), Evangélicas (12,58%), Espírita (0,83%), Umbanda e Candomblé (0,19%), Judaica (0,00%), Religiões Orientais (0,10%), Outras Religiosidades (1,47%), Sem Religião (5,98%) e Não Determinadas (0,10%). Acredita-se que a nova contagem, ainda não disponibilizada, trará modificações neste quadro, sobretudo no que concerne à estimativa do crescimento do número de adeptos de religiões evangélicas.



interdições simbólicas e espaciais de caráter religioso não têm lugar ali, onde o solene tem data fixa e é popular e informal, mas nem por isso espontâneo e desorganizado.

Foi este o cenário que vi e que marcou meu olhar tão logo presenciei pela primeira vez, sem envolvimento religioso de minha parte – como já ressaltai –, a festa de São José em Bonsucesso. Era o ano de 1990, quando também ingressei como aluno no curso de ciências sociais.

Antes mesmo de conhecer o que disse Émile Durkheim (2003) acerca da definição e distinção das categorias *sagrado* e *profano*, vivenciei situações que me fizeram perceber as limitações de uma divisão rígida entre estas duas esferas.

Nascido em família de tradição religiosa, católica, na infância vivida no sertão central do Ceará pude observar – obviamente sem nenhuma preocupação científica – como os festejos da padroeira da minha cidade mobilizavam eventos e rituais diversos, mesclando a atmosfera solene e cerimonial de novenas, celebrações e procissões com o clima de descontração e divertimento oferecido pelas quermesses, feiras e “festas de conjunto” (bailes tocados por bandas).

Após imigrar para Fortaleza, capital do Ceará, em 1988, em companhia de minha família, comecei a vivenciar um processo de afastamento da igreja, o que resultou de estranhamentos e questionamentos quanto às minhas convicções religiosas frente a vivências e descobertas que a grande cidade então me proporcionava. Todavia meu interesse pelo fenômeno religioso não arrefeceu.

Em 1989 fomos morar em Bonsucesso, onde vivemos até hoje. Faltava pouco tempo para que eu ingressasse no curso de ciências sociais, o que ocorreu no começo do ano seguinte. Quando iniciei minhas leituras no citado curso, já tinha no meu cotidiano um instigante fenômeno para pensar, que ocorria ali mesmo, bem perto da minha casa.

Fiquei muito curioso, incomodado e inquieto quando me deparei com algo até então não visto por mim e minha família. Num espaço enquadrado em apenas 06 quarteirões (ver mapa abaixo), área em que se cruzam quatro ruas, no dia 19 de março, data dedicada ao santo católico São José, duas celebrações comemoram o dia desta divindade, acontecendo em espaços diferentes: uma ocorre num templo oficial da igreja católica e outra em uma capelinha rústica e popular; nesta, a realização do evento

acontece, como já foi dito, sem o reconhecimento e a legitimação da paróquia à qual se vincula o principal templo católico do bairro.



Parte do mapa⁷ de Bonsucesso, em divisa com Granja Portugal, Fortaleza - CE

À primeira vista ocorreu-me um olhar normativo. À medida que fui me afastando cada vez mais da igreja católica e avançando no conhecimento dos conceitos e teorias das ciências sociais, esse viés normativo foi cedendo lugar ao olhar relacional. Mas no primeiro momento ficou uma inquietação: por que devotos de São José, aparentemente fiéis e dedicados, deixavam de ir à procissão e celebração em homenagem ao santo, realizada em templo católico oficial, para reunirem-se numa capelinha rústica e “mal zelada” (grifo meu), localizada nas proximidades da citada igreja?

Desde então busco, na maioria das vezes de modo informal, elementos para trabalhar indagações que se somaram a esta. Sistematizando informações e interpretações que tenho acumulado nesses 21 anos, elaboro nas seções seguintes argumentos e respostas possíveis para a compreensão do fenômeno aqui analisado.

UMA PAGADORA DE PROMESSA CONTA COMO TUDO COMEÇOU

⁷ Este mapa apresenta o enquadramento ao qual me refiro acima. Conforme destaque sinalizado por círculos pretos, na Rua Emílio de Menezes, próximo ao cruzamento com a Rua Luzia Moreira (no mapa esta rua está identificada equivocadamente como travessa), à margem direita do rio Maranguapinho, encontra-se a capelinha de São José. Na Rua Vital Brasil, onde moro, identifica-se no mapa o cruzamento com a Rua Tamiarana (sinalizada no mapa, também em equívoco, como Rua Tamirama), ponto em que se localiza o templo católico oficial do bairro, a igreja de São José Operário (Fonte: <<http://maps.google.com.br>>. Acesso realizado em 30/05/2011).

Após um dia de chuva, a noite ganha uma friezinha agradável em Bonsucesso. Fica um clima bom, que convida a um passeio. Numa das atividades de pesquisa por mim realizadas⁸, segui pelas calçadas da Rua Vital Brasil, saindo de minha casa e encontrando alguns vizinhos que já se ajuntavam para as rodas de conversa noturnas. Atravessei a rua e cheguei à casa de dona Marta⁹, a quem eu havia dito no dia anterior que lhe visitaria para uma conversa.

Ao entrar, tive uma grande e grata surpresa. Na garagem da casa havia um altar improvisado em uma mesa, revestida de toalha branca e ornada com um grande rosário, uma Bíblia, vela acesa e a imagem do santo, com flores ao lado. Não tinha acertado com dona Marta o conteúdo da conversa, nem tampouco sabia que em sua casa naquela noite seria celebrada uma novena em homenagem a São José.

Feliz coincidência, pois eu fui exatamente escutá-la a respeito da festa do santo que a cada ano é realizada na capelinha. Dona Marta é freqüentadora da festa e ajuda na sua organização. Na verdade, ela é uma pagadora de promessa e demonstra um profundo sentimento de gratidão ao santo, por ter sido curada de uma grave doença. Lembro que naquela noite, no encerramento da novena, ela declarou emocionada, chorando, que não se cansa de dizer que foi operada num dia 19 de março, às 18 horas, momento em que se costuma rezar o terço na capelinha de São José.

Com esse grau de envolvimento, dona Marta é guardiã de uma memória¹⁰ que se tece em elementos subjetivos, assim como pude perceber em narrações¹¹ escutadas de outros interlocutores. Como as vivências pessoais evocam esses elementos, a localização da origem da festa no tempo e no espaço não é formatada de modo unívoco no contexto do bairro.

Em meio ao ritmo acelerado da vida na metrópole, ritmo atravessado pela pressa cotidiana, uma história iniciada por protagonistas que já faleceram vai ganhando

⁸ Refiro-me ao trabalho de campo realizado em março deste ano (2011), durante o novenário dedicado a São José.

⁹ Represento neste artigo todos os nomes dos meus interlocutores através de nomes-fantasia.

¹⁰ Ver: *A Memória Coletiva*, de Maurice Halbwachs (1990) e *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, de Eclea Bosi (1994).

¹¹ Ver: *Obras Escolhidas I – Magia e técnica, arte e política*, de Walter Benjamin (1996).



desdobramentos diversos, dificultando uma descrição precisa no tempo e no espaço acerca da gênese da festa de São José em Bonsucesso.

O espaço onde se mantém erguida a capelinha dedicada ao santo, como já foi dito, não é resguardado como templo sagrado e de uso religioso durante todo o ano. Atenções devocionais e interesses políticos voltam-se para o referido espaço nos dias que antecedem a celebração de 19 de março e, sobretudo, neste dia. Essa ausência de institucionalidade oficial reforça a configuração de memórias tecidas na experiência da vida cotidiana, na oralidade, produzindo bricolagens, como diria Lévi-Strauss (2008); neste caso, bricolagens arranjadas na vivência objetivada e subjetivada da fé.

São arranjos ou agenciamentos orais que, em determinados casos, evocam a relação de promessa e dádiva, ou seja, a experiência votiva¹², como motivação para situar no tempo e no espaço o ponto inaugural da devoção a São José no bairro. Em outros casos, o narrador pode buscar no campo religioso uma esfera de identificação com a “comunidade¹³”, demarcando espaços de apoio no campo dos interesses políticos, o que, por exemplo, observei certa vez no relato de um jovem que atua na política partidária, Leonardo, quando este, após uma celebração da festa, ressaltou a figura de seu avô como protagonista dos festejos, alçando o exagero de situar o momento inaugural em um tempo bem maior que o tempo real e histórico de fato transcorrido.

Na verdade, Leonardo segue um caminho aberto por seus familiares, que residiam em edificação situada no mesmo terreno onde foi erguida a capelinha e ao longo dos

¹² Compreendo o fenômeno social da dádiva através do estudo realizado pelo francês Marcel Mauss, no *Ensaio Sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*, publicado em 1925 (MAUSS, 2003). Do mesmo autor, destaco outro ensaio, datado de 1909: *A Prece* (MAUSS, 2005). Nesse texto, Marcel Mauss compreende a prece como um rito oral, cuja eficácia refere-se a forças religiosas tradicionais, que repousam ou se transformam no âmbito de representações coletivas. Quanto à experiência religiosa votiva, entendo que esta também é permeada pelo sentido da dádiva. No pensamento antropológico, identificamos referência a esta temática (experiência votiva) já em James Frazer, em sua célebre obra *O Ramo de Ouro*, publicada em 1890 (FRAZER, 1982).

¹³ Escrevo a palavra comunidade entre aspas com o objetivo de ressaltar a relatividade deste termo no contexto em foco. A festa de São José acontece num espaço onde a experiência associativa é pouco expressiva. Todavia, costuma-se identificar um bairro como “comunidade” no sentido de demarcá-lo como área geográfica vivida e praticada por uma população específica. No caso da devoção a São José, não há uma comunidade visivelmente identificável em torno desse fim. Há moradores envolvidos com a organização e ritualidade dos eventos e há uma aglomeração de fiéis e pagadores de promessa que se dispersa após a celebração. Mas não se pode descartar aqui o sentimento de pertença a uma comunidade simbólica, que resiste, sobretudo, nas vivências dos pagadores de promessa.



anos teceram linhas de mediação entre forças de apoio a candidatos e eleitores do bairro, através da captação de recursos para ações assistenciais.

Ressalto que o interesse presente nesta abordagem não busca conferir o estatuto de verdade dos relatos por mim escutados. Interessa apenas conhecer as motivações simbólicas e históricas que levaram a estabelecer a capelinha rústica de São José como espaço consagrado no repertório de símbolos e significados conhecidos por diversos moradores de Bonsucesso e adjacências.

É interessante enfatizar que o começo de tudo está ligado a uma imagem arquetípica já consolidada do santo no universo simbólico cearense. Há nesse universo uma simbólica da água¹⁴, fonte de vida em terra semi-árida, a resistir sob a proteção do santo que ajuda o sertanejo no enfrentamento da seca e a alcançar boas colheitas. Esse imaginário do sertão não está distante do litoral. Fortaleza cresceu sob intensos fluxos migratórios que lhe aportaram crenças e costumes de homens e mulheres do sertão.

Parece ser possível conceber como manifestação de um mito fundador, a narração de um acontecimento que apresento a seguir. As evocações acerca da origem dos festejos a São José em Bonsucesso parecem ter relação com os arranjos que cada sujeito neles envolvido está predisposto a tecer, tomando como material de uma bricolagem, motivos identificados na vida cotidiana. Esboço esta reflexão tomando como referência o conceito de mitopraxis, proposto por Sahlins (2003) para a explicação de narrativas que se constroem, atualizam-se ou se transformam sob a força do encontro entre culturas e no contexto de mudanças históricas no âmbito das instituições socioculturais.

Nesta perspectiva, é possível notar que a festa de São José em Bonsucesso e seus significados – concebidos a partir da vivência de devotos, devotas e outros sujeitos interessados – são reveladores de sentimentos de pertença não só ao campo devocional do santo, mas também em relação ao bairro onde essa história um dia começou. As narrações que ilustram as mudanças ocorridas na realização da festa desde sua origem até os dias atuais constituem também percursos mentais e afetivos trilhados por meus

¹⁴ O universo simbólico formado em torno do arquétipo de São José é polissêmico. Não se encerra na simbólica da água. É bastante visível a referência ao santo como símbolo da Sagrada Família, que o projeta como modelo exemplar de esposo fiel, pai, protetor da união familiar, apaziguador de conflitos na esfera doméstica.

interlocutores, os quais evocam fatos da infância e outras etapas da vida, observando não só os festejos, mas transformações espaciais ocorridas no bairro e adjacências.¹⁵

Tomo como ilustração do que estou aqui elaborando de modo interpretativo (GEERTZ, 1989), o relato¹⁶ de dona Marta, interlocutora já citada nesta seção. Ela acredita que a devoção local a São José começou, aproximadamente, há 80 anos, num lugar conhecido como Cacimbinhas, à margem do rio Maranguapinho, que passa alguns metros abaixo da capelinha, de onde não pode mais ser visto, pois fica encoberto pelas casinhas populares ali edificadas – em área de risco¹⁷ – ao longo dos anos.

Conta a história oral do fenômeno, que tudo começou em um ano de seca, com uma novena oferecida a São José para que viesse chuva. O ritual teria acontecido à beira das Cacimbinhas, onde, naquele momento, teria ocorrido o milagre da chuva. Com a crescente ocupação das margens do rio por famílias de baixa renda ou em situação de pobreza extrema, há dificuldade para identificar o lugar preciso das Cacimbinhas. Mas como conta esta cosmogonia, é fato que na área próxima às margens do rio deslanchou-se um processo criativo e posteriormente a capelinha estabeleceu-se como referência de centro sagrado¹⁸ para quem crê que “no princípio foi assim” (grifo meu).

¹⁵ A noção de *bricolagem* é tomada aqui como ilustração metafórica, não somente através da referência a Lévi-Strauss (2008), já citada. Ao discorrer sobre o ato de caminhar, Michel de Certeau (2003, p. 188) o considera como uma prática inventora de espaços e também adota esta metáfora, quando afirma que “os relatos de lugares são bricolagens. São feitos com resíduos ou detritos do mundo”.

¹⁶ As referências aos relatos aqui mencionados não são extraídas de entrevistas gravadas. Optei por não utilizar este recurso no presente artigo, pela dificuldade de transcrição em tempo hábil num momento em que concluo outra pesquisa, em outra temática. Ademais, meu estudo sobre a festa de São José em Bonsucesso fundamenta-se, sobretudo, na observação e conversa informal. Assim, apenas comento e tento reproduzir os sentidos de falas que registrei em meu diário de campo.

¹⁷ Trata-se de área de risco de enchentes e desabamentos. É importante considerar que os aspectos demográficos de Bonsucesso são notadamente heterogêneos. O bairro cresceu atrelado à dinâmica do seu vizinho, Granja Portugal, atraindo moradores oriundos do interior do estado e de outros bairros e recebendo também processos de ocupação irregular do solo, intensificados na década de 1990, o que resultou na formação de favelas e outras formas de habitação precária. No entanto, há uma paisagem arquitetônica mista no bairro, mesclando ruas bem estruturadas e vias não qualificadas em termos urbanísticos; casinhas populares de construção precária e residências amplas, com melhor condição de estética, conforto e segurança. Pela vivência que tenho de duas décadas como morador do bairro, entendo que se trata de uma área onde predominam famílias de baixa renda e de classe média baixa, configurando ainda famílias de classificação um pouco mais acima da condição de classe média baixa.

¹⁸ Sobre a noção de centro sagrado, compreendo que espaços assim instituídos representam muito mais do que referências geográficas ou físico-espaciais; configuram-se como centros também no plano simbólico, pois remetem a um tempo de criação, de origem das coisas sagradas. Para aprofundar esta

Para tais sujeitos, torna-se sem efeito, em parte, a autoridade do sacerdote que dirige o principal templo católico do bairro, onde exorta as pessoas da “comunidade” local a não aderirem à procissão que se dirige à capelinha. Sua palavra também não alcança força para executar com eficácia a ordem da igreja que ele representa.

E o que se observa é, de fato, uma divisão socioespacial. Em um ponto, sob a bênção oficial do padre da igreja de São José Operário, um expressivo ajuntamento de fiéis, após a procissão, aglomera-se para a missa campal. Logo ali bem perto, na capelinha, ocorre outro ajuntamento, que vai se formando aos poucos e se avoluma com a chegada do cortejo que acompanha o andor de São José; uma manifestação legitimada pela tradição que se sustenta numa esfera cosmogônica.

Um santo, dois altares. É este o quadro que se configura em Bonsucesso na tarde do dia 19 de março. Durante os demais meses do ano, a igreja de São José Operário predomina como centro de devoção, enquanto a “capelinha do Bonsucesso”, como é conhecida, ganha usos outros, profanos: como rodas de conversa e estacionamento de motocicletas e bicicletas dos que ali se sociabilizam, atraindo qualificativos estigmatizáveis associados ao signo da malandragem e da violência urbana.

Assim, há quem lamente o fato de o templo oficial não ter sido edificado no terreno onde se situa a capelinha, mas sem deixar de conferir legitimidade também ao espaço da igreja. Nessa caracterização há, por exemplo, o caso de uma devota a quem conheço há anos, que declarou já ter se esforçado para realizar a difícil tarefa de comparecer, na tarde da festa de São José, às duas celebrações que ocorrem simultaneamente.

Essa interlocutora, aqui ficticiamente identificada como Norma, também tece suas memórias acerca da festa, reportando-se à infância, quando já habitava em Bonsucesso. Ela tem, aproximadamente, 45 anos¹⁹. Desde menina vivencia os rituais dos festejos dedicados a São José. Seus relatos revelam percepções acerca da transformação físico-espacial do bairro e de outras áreas da cidade de Fortaleza, bem como um elemento

reflexão, ver: *Mito do Eterno Retorno*, de Mircea Eliade (1992) e o ensaio *Centros, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder*, de Clifford Geertz (1997).

¹⁹ A celebração na capelinha reúne diferentes gerações, com predominância de idosos, muitos deles pagadores de promessa. Mas há os prestadores de dádiva votiva também entre os jovens, como Cecília, irmã de Norma, que louva pelo emprego obtido como graça alcançada após promessa feita a São José.

importante relacionado à sociabilidade que permeia a devoção local ao santo, qual seja, o cruzamento das esferas religiosa e política, que se dá sob duas formas.

Primeiro, pela dimensão assistencial-clientelista configurada em torno do processo de organização e realização da festa no tempo de seus antigos protagonistas – que atuavam em edificação situada no terreno onde também foi erguida a capelinha – e mediadores de políticos que mantêm o bairro em sua cartografia eleitoral.

A face política deste fenômeno religioso não se reduz à esfera assistencialista oportunizada em interesses mais visíveis no chamado “tempo da política” (PALMEIRA; HEREDIA, 1995: 34). Tal face revela-se também na micro-política²⁰ materializada nos conflitos simbólicos que ocorrem no tocante aos festejos de São José em Bonsucesso, desde que o templo oficial foi erguido no bairro nos anos 1980.

No terreno onde se encontra a capelinha, havia ainda no início dos anos 1990, uma escolinha da rede pública de ensino, dirigida por um tio de Leonardo, já citado neste artigo. Ele se encarregava de organizar ações assistenciais no bairro e a festa de São José, atuando também na mediação entre a “comunidade” e representantes da política partidária; o que implicava na troca de interesses no campo eleitoral. Diz-se que seu pai, antigo protagonista da festa, recusou a construção do templo oficial de São José naquele terreno, embora se especule que o imóvel pertenceria à Prefeitura Municipal de Fortaleza. Diz-se também que a recusa seria fruto do cuidado em não perder o mapeamento político daquele terreno.

Construído o templo oficial, os festejos continuaram na capelinha, deslegitimados pela igreja, que se recusa a reconhecer, inclusive, batizados ali já realizados no dia de São José. Com o falecimento do diretor da escolinha – que já havia sido fechada – e também com a morte de um padre que fazia a ligação entre o bairro de Parangaba e Bonsucesso através da organização e realização da procissão, a festa da capelinha entrou em declínio nos últimos anos, experimentando altos e baixos²¹.

²⁰ Ver: *Microfísica do poder*, de Michel Foucault (1996).

²¹ O declínio é atribuído também a episódios de violência ocorridos no entorno do parque de diversões que costumava instalar-se no terreno da capelinha durante o período do novenário. Tais episódios ocasionaram a disseminação de classificações pejorativas do lugar em foco. Mas a festa realizada em 2011 parece ter recuperado parte do ânimo que se encontrava em visível desgaste. Reuniu centenas de devotos e pagadores de promessa. Alguns são praticantes de correntes de oração dedicadas a São José,

Dona Marta e Norma descrevem esses fatos e revisitam, afetivamente, em relatos de memórias, paisagens já percorridas no passado, lembrando de edificações que não existem mais em Parangaba, de onde costumava partir a procissão e onde também se praticavam ritos religiosos e ações assistenciais. Acrescentam que o papel social da família que protagonizava a festa foi se desfazendo ao longo dos anos. Uma irmã do diretor da antiga escolinha e organizador da festa sucedeu-lhe nesta tarefa e ficou morando no lugar. Mais adiante, converteu-se a uma religião evangélica e desfez-se das imagens de santo que estavam em seu poder, inclusive a de São José, fato que causou protestos de reprovação sem maiores conseqüências de ordem conflitante.

A devoção prosseguiu com a peleja de fiéis que buscam ajuda junto a comerciantes do bairro e apoio de políticos que participam da festa como pagadores de promessa e/ou como agentes interessados em projetar uma identificação comunitária; de forma que muitas vezes o cenário do altar dedicado ao santo (eventualmente improvisado na carroceria de um caminhão) parece confundir-se com um palanque de campanha eleitoral, fato que também suscita críticas dirigidas a partir de forças de poder do templo oficial, embora este também já tenha contando com apoio político na realização da “sua” procissão.

Concluindo esta seção, descrevo cena observada ao final da novena da qual participei na casa de dona Marta. Ela me disse em tom descontraído, antes do início da novena, que a divisão em duas festas já criou um jeito de classificar as coisas: fala-se em “São José de baixo” (o da capelinha) e “São José de cima” (o do templo oficial). Observei quando as devotas que deixavam aquela residência despediram-se da dona da casa, falando da novena do dia seguinte. Perguntei: “será na capelinha?”. E elas imediatamente responderam com contundência: “não! Na igreja de São José Operário!”.

PARA CONCLUIR: UM EPISÓDIO À PARTE

distribuídas entre os presentes em um saquinho de pano com uma moeda dentro; o que se aplicaria ao socorro de endividados e necessitados de dinheiro.

Ainda na minha adolescência, pude viver bem de perto importantes acontecimentos que, à época, distante do olhar formador de crítica que vivenciamos nas Ciências Sociais, não pude compreender como os concebo agora. Foi na década de 1980, numa cidade do interior²², onde a força do catolicismo tradicional era bem visível, embora mesclada com a simbólica e as práticas do catolicismo popular.

Na verdade, o tradicional e o popular não se opõem no contexto dos acontecimentos que então narrarei. Refiro-me à devoção à padroeira do lugar interiorano aqui focado. Lembro com muita clareza dos conflitos posteriores à demolição da imagem da santa que configurava como cume da torre da igreja matriz. Logo em seguida, a reação. Na calada da noite, passos silenciosos percorreram as ruas da cidade a espalharem uma comovente e instigante mensagem.

Uma missiva apócrifa posta sob a porta em diversos lares elaborava em versos de cordel o acontecido. O padre daquela paróquia teria, sem nenhuma “piedade”²³, autorizado os golpes que derrubaram a “santinha”. A carta dizia que a cada golpe a santa se contorcia. Embora a nota (carta) aqui citada tenha exortado famílias tradicionais e populares daquela cidade a perceberem na ordem do padre a manifestação de um *complô*²⁴ contra um símbolo da igreja, a mãe de Jesus, afavelmente chamada de Nossa Senhora, nenhum conflito físico ou corporal materializou-se em torno da questão, nem houve qualquer entrevero em público com o padre acerca do fato. Com o passar dos dias, o acontecimento parece ter caído no esquecimento.

Ainda na década de 1980, o mesmo padre, o qual era muito querido por praticamente todos os agentes pastorais que com ele se relacionavam naquela paróquia,

²² Optei por manter no anonimato o referente empírico ao qual ora me atenho.

²³ Os grifos postos neste período são meus. Estou aqui tentando encontrar termos que reproduzam ou aproximem-se dos sentimentos manifestos nessa missiva, que li há mais de 25 anos e da qual não disponho mais de cópia em meus arquivos.

²⁴ Os acontecimentos que narro nesta seção constituem possíveis referentes para se pensar a relação entre religião e poder, à luz das “constelações mitológicas” estudadas por Raoul Girardet (1987, p. 12). Segundo o autor, o sentimento de pertença a uma igreja suscita a manifestação do *mito da unidade*. Um povo que se faz igreja deseja que um dia o mundo se unifique em torno do corpo-igreja. Tal unidade, buscada utopicamente, é representada, no entanto, numa simbólica na qual este *mito* sustenta-se como crença, projetando desejos de *salvação*. Quando qualquer perturbação entra em cena, o projeto de *unidade* vê-se ameaçado e pode despertar uma vigilância permanente contra *complô* ou *conspiração*.



pôs em cena uma nova e estonteante polêmica. A celebração da festa de Nossa Senhora seria transferida para o mês de novembro. Não aconteceria mais no dia 15 de agosto, consagrado há mais de 150 anos para a homenagem à santa.

Da parte do padre, eclodiu um discurso de modernização da fé, mas não explicitado nestes termos. Segundo ele, a reverência a Nossa Senhora não poderia resumir-se a um dia, nem tampouco à sua representação material; a imagem antes demolida. Este novo episódio veio despertar com força os ânimos já meio adormecidos após a derrubada da estátua da santa.

Na verdade, com um discurso racionalizador, o padre insistia em atrair a atenção da “comunidade” somente para a devoção e homenagem a Nossa Senhora, na tentativa de dispersar interesses outros que, no entanto, faziam parte da tradição no festejo, como a feirinha popular (as chamadas *bancas*) e a festa de conjunto (baile) na noite do dia 14 de agosto, horas antes da procissão solene que encerrava oficialmente os rituais dedicados à padroeira.

O padre entendia que transferindo o festejo para outra data, evitaria a dispersão do objetivo do evento, bem como os casos de violência e “desrespeito ao sagrado” (grifo meu) que muitas vezes ocorriam em paralelo ou no âmbito das festividades.

Hoje percebo que naquele contexto não havia como discernir nitidamente uma fronteira entre o sagrado e o profano, pois as “festividades mundanas” (grifo meu) sempre estiveram entrelaçadas ao tempo das solenidades nos festejos a Nossa Senhora, fenômeno materializado nas quermesses, nos arranjos populares nem sempre atrelados à liturgia formal, no comércio, nos bailes.

Mais uma vez, levantou-se a reação de famílias tradicionais e populares de forma imediata. Organizada por uma dama da elite da sociedade local, que estava habitando a capital cearense, uma reunião ocorrida com a presença de diversos interessados no assunto foi espaço para discursos inflamados contra o padre que, apesar dos protestos, manteve a decisão de deslocar a data dos festejos de Nossa Senhora.

A citada dama foi protagonista de uma reação organizada, que se encarregou de manter no período tradicional um novenário em devoção e homenagem à santa,

conquistando adesões não muito expressivas em termos quantitativos e realçando a visibilidade da reprovação manifesta pelos defensores do padre.

Importa considerar que mesmo entre aqueles que discordaram do sacerdote, muitos acataram sua decisão, o que resultou num desfecho sem maiores confrontos verbais e nenhum combate corporal. Todavia, tempos depois, o desgaste em torno da imagem do padre resultou, por um lado, em sua transferência para a sede da diocese; o que por alguns foi visto como punição. Por outro lado, já no centro diocesano, o sacerdote foi elevado ao status de bispo; o que pode ser interpretado como prêmio ou compensação por sua perseverança na decisão tomada, como autoridade da igreja.

Evoco aqui esses acontecimentos no esforço de acumular referentes empíricos, somados à observação realizada no contexto da festa de São José em Bonsucesso, como documentos históricos que atestam a importância de manifestações episódicas que põem em cena a irreverência do catolicismo popular diante da normatividade imposta pelo tradicionalismo oficial da igreja. Aliás, há na história substanciais exemplos deste fenômeno, configurados em diferentes experiências socioculturais de sentido messiânico ou profético (LOPES, 1991; CORDEIRO, 2004).

Em Bonsucesso, essa irreverência mescla-se com o campo da política nas duas formas citadas na seção anterior²⁵. Observando um ato trilateral, pude perceber uma instigante situação de pesquisa. Na saída da procissão rumo à capelinha na festa de 2011, o cortejo partiu do bairro João XXIII, de um Centro Social cuja denominação identifica e homenageia um conhecido político atuante na área e adjacências, com fama de praticar obras assistenciais e que costuma apoiar e frequentar a procissão.

Com microfone em punho, o andor de São José sobre o ombro, Anastácio (nome fictício), esforçava-se animado para amenizar a atmosfera de crise que nos últimos anos se configura em torno da festa, afirmando que enquanto tiver vida, a procissão tem ponto de partida garantido: o Centro Social que se distingue por seu nome. Traçou rapidamente a memória da festa e informou que o padre da igreja de Bonsucesso teria

²⁵ A irreverência a uma ordenação determinada pela igreja é em si um ato político. A outra forma, também já mencionada, é reveladora de uma sociabilidade política que se faz entre lideranças de bairro e agentes do poder institucional da política partidária, na captação de recursos para ações assistenciais oportunizadas em torno de interesses eleitorais. Sobre esta forma de exercício da política, ver *Antropologia da Política*, da antropóloga Karina Kuschnir (2007).



lhe procurado para pedir que não fizesse a procissão. Ao que ele disse ter respondido: “mas não sou eu que faço, são as pessoas da comunidade; é a fé do povo, do povo antigo, do povo que tem fé”. E falava de uma tradição que, segundo seu discurso, havia começado há muitos anos, no rio [Maranguapinho], quando numa grande seca que teria ocorrido no Ceará, fez-se uma procissão pedindo chuva. E acrescentou que a procissão seguiria naquela tarde para o rio, onde tudo começou.

Não somente como político, mas também como pagador de promessa e seguidor da tradição, levando o andor sobre o ombro, Anastácio, que foi derrotado nas últimas eleições em sua candidatura para vereador, lidera a procissão rumo a Bonsucesso, onde mantém mediadores que o apóiam em campanhas eleitorais. E aporta ao bairro com o santo, ladeado por um apoio político seu das bases de Bonsucesso. Sobe ao altar improvisado ao lado da capelinha e com microfone novamente em punho, puxa a reza do terço.

Eis o caráter trilateral de seu ato: pôs-se em dia com sua obrigação para o santo; liderou a “comunidade” em sua irreverência à normatividade proposta pela igreja de São José Operário; e, como homem da política que é, expôs-se à “comunidade”, como devoto fiel a uma tradição.

Mas esteve numa condição de *liminaridade*, pois sempre exerceu diplomacia no processo conflitante travado entre as forças de poder da igreja de São José Operário e as da capelinha de Bonsucesso. Como agente de destaque no ritual da festa, pôs em cena uma espécie de drama social performatizado, desenhando-se momentaneamente um espírito de *communitas*, visto aqui como força de uma *antiestrutura* a erguer-se contra a ordem normativa que resguarda a legitimidade do templo oficial. E logo voltaria à condição anterior ao momento da procissão, como responsável pelo diálogo diplomático com o padre a quem respeita e apóia na realização da festa da igreja de São José Operário. E a cada ano se performatiza no cenário local, como diria Victor Turner (1974), essa espécie de dialética entre *estrutura* e *antiestrutura*.

BIBLIOGRAFIA



BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I – Magia e técnica, arte e política*. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do cotidiano*. Vol. 1: Artes de fazer. 9ª ed. [Tradução de Ephraim Ferreira Alves]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CORDEIRO, Domingos Sávio de Almeida. *Um Beato Líder: narrativas memoráveis do Caldeirão*. Fortaleza: Imprensa Universitária; UFC, 2004.

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ELIADE, Mircea. *Mito do Eterno Retorno*. São Paulo: Mercuryo, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

FRAZER, Sir James George. *O Ramo de Ouro*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

_____. “Centros, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder”. In: *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Pp. 182-219.

GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. “As Charqueadas”. In: SOUSA, Simone (coord.). *História do Ceará*. Fortaleza: UFC; Fundação Demócrito Rocha, 1989. Pp. 63-78.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

KUSCHNIR, Karina. *Antropologia da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

LÉVI-STRAUSS, C. “A Ciência do Concreto”. In: *O Pensamento Selvagem*. 9ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008. Pp. 15-49.

LOPES, Francisco Régis. *Caldeirão: um estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades*. Fortaleza: EDUECE, 1991.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n° 49, junho, 2002.

MAUSS, Marcel. “Ensaio Sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. Pp. 183-314.



_____. “A Prece”. In: *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 2005. Pp. 229-324. (Estudos; 47)

PALMEIRA, Moacir & HEREDIA, Beatriz. “Os Comícios e as políticas de facções”.

In: *Anuário Antropológico*, Nº. 94. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

TURNER, V. *O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.